

Ex-ajudante de ordens de farda e boca fechada na CPMI

Congresso

Cid se cala até sobre sua idade e CPMI decide quebrar seus sigilos



Mauro Cid com o senador Flávio Bolsonaro durante sessão do colegiado; 'Sigo orientações da minha defesa', afirmou o tenente-coronel

Ex-ajudante de ordens de Bolsonaro não responde a nenhuma pergunta; militar é investigado em oito inquéritos

WESLLEY GALZO BRASÍLIA

Vestido com a farda verde-oliva do Exército, o tenente-coronel Mauro Cid, ex-ajudante de ordens de Jair Bolsonaro (PL), compareceu ontem à Comissão Parlamentar Mista de Inquérito (CPMI) do 8 de Janeiro e optou por permanecer em silêncio, o que frustrou os integrantes do colegiado.

A comissão tinha uma lista de 41 parlamentares inscritos para fazer perguntas ao militar na sessão. Em seis horas de audiência, no entanto, Cid se negou a responder a todas elas, incluindo as mais triviais, como idade, quantos filhos tem e se possuía dois celulares. Diante do silêncio, a CPMI aprovou requerimentos de quebra de sigilo telefônico, telemático e bancário do tenente-coronel e de mais 20 investigados.

Cid foi questionado desde o início sobre sua relação com Bolsonaro e a possível ligação do ex-presidente com os ataques de janeiro. "Com todo respeito a Vossa Excelência, mas, dentro do escopo das investigações conduzidas pelo Supremo

Tribunal Federal, sigo as orientações da minha defesa técnica e, com base em habeas corpus, vou me manter no direito de ficar em silêncio", disse Cid. Ele repetiu a resposta a cada pergunta feita pela relatora, senadora Eliziane Gama (PSD-MA), e outros parlamentares. Cid é investigado em oito inquéritos que tramitam no Su-

perior Tribunal de Justiça.

"Com base em habeas corpus, vou me manter no direito de ficar em silêncio"

Mauro Cid Tenente-coronel e ex-ajudante de ordens de Jair Bolsonaro

premo e na Polícia Federal. Um deles apura a participação do militar nos atos golpistas de janeiro. Em outra frente, é suspeito de fraudar cartões de vacinação contra a covid-19. Foi essa investigação que o levou à prisão, em maio. Ele está detido no Batalhão da Polícia do Exército em Brasília.

ABERTURA. Cid só quebrou o silêncio na abertura da sessão, ao se defender das acusações que enfrenta em relação a conversas de teor golpista mantidas com outros militares e ao tentar se descolar de Bolsonaro. "Não estava na minha esfera de atribuições analisar propostas e decretos trazidos por ministros, autoridades e apoia-

dores. Não participava do processo de decisão pública", afirmou. "Na prática, a função de ajudante de ordens consistia nas funções de secretariado executivo do presidente."

Cid ainda buscou afastar do ex-presidente a responsabilidade por seus atos. Afirmou que seu vínculo empregatício era com o Gabinete de Segurança Institucional e que sua nomeação na Ajudância de Ordens não foi "indicação política" porque a função é exercida por escolhidos das Forças Armadas. "O ajudante de ordens é a única função pessoal do presidente que não é de sua escolha."

O Comando do Exército informou, por meio de nota, que orientou Cid a ir com a farda "pelo entendimento de que o militar da ativa foi convocado para tratar de temas referentes à função para a qual fora designado pela Força".

QUESTIONAMENTOS. Após a abertura da sessão, Cid se calou. Não falou sobre o "roteiro" do golpe discutido com o coronel Jean Lawand Junior. Também se recusou a dizer quem o mandou pagar contas da ex-primeira-dama Michelle Bolsonaro e fazer uso do cartão corporativo da Presidência para saques. Até a pergunta da deputada Erika Hilton (PSOL-SP) para saber se tinha conhecimento do motivo que o levou à CPI ficou sem resposta.

O presidente do colegiado, deputado Arthur Maia (União Brasil-BA), reclamou. Afirmou que o colegiado deverá apresentar denúncia contra o militar por descumprir a ordem do STF que obrigou a se manifestar na condição de testemunha em questionamentos que não o incriminassem. A ministra Cármen Lúcia decidiu que Cid deveria depor, mas com o direito de se manter em silêncio apenas em questões que pudessem incriminá-lo.

"O que estão fazendo é trancafiar uma pessoa honesta na cadeia e jogar a chave fora", afirmou o deputado Eduardo Bolsonaro (PL-SP) em defesa do aliado do pai. ●

Veículo: Impresso -> Jornal -> Jornal O Estado de S. Paulo

Seção: Política Caderno: A Pagina: 10